



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NA VANGUARDA da luta popular

1

A grande campanha política de massas do mês de Outubro constituiu uma magnífica vitória do movimento democrático no seu conjunto e de todas as forças e sectores políticos que nele participam. Constituiu, com particular relevo, um extraordinário êxito do Partido Comunista Português.

Os factos comprovaram inteiramente a análise da situação feita pelo Partido, a justeza da sua orientação e das suas consignas, a força, dinamismo e estreita ligação com as massas das suas organizações e militantes.

Se a campanha confirmou que a Oposição democrática apresenta a real alternativa para a actual situação política, confirmou também que o Partido Comunista está indiscutivelmente na vanguarda da Oposição, é a grande força motora da luta popular e da unidade antifascista.

O desenvolvimento da luta popular mostra dia a dia o crescente e determinante papel da classe operária e da sua vanguarda revolucionária, o PCP. Todo o Partido, todas as suas organizações e militantes, têm de compreender esta situação real, não apenas como um legítimo motivo de orgulho, mas como motivo da sua acrescida responsabilidade.

Não é uma atitude comunista repousar com os louros conquistados. Nada mais perigoso, depois de um grande sucesso, do que deixar que o êxito suba à cabeça, fazendo esquecer reais dificuldades e perigos, assim como a grandeza das tarefas que a situação continua a exigir do Partido.

O êxito da acção antifascista nos últimos meses está estreitamente ligada à acção dos comunistas. A consolidação dos progressos do movimento antifascista em geral e do Partido em particular, a possibilidade de dar novos e importantes passos em frente, continuam também a depender em parte decisiva da actuação do Partido e de cada uma das suas organizações e militantes.

2

O movimento democrático mostrou, com um vigor político nunca dantes igualado, ser uma força assente numa muito ampla base de massas, uma grande realidade na vida política nacional, cuja vitalidade se evidencia na própria renovação do movimento: modificações no quadro das forças políticas com o total eclipse da burguesia liberal e o decisivo papel do Partido Comunista, acentuação do papel da classe operária e da intervenção das

massas trabalhadoras, entusiástica participação da juventude e das mulheres.

Identificado com os interesses e aspirações mais profundas do povo português, vencendo com sucesso interdições, limitações, ameaças, chantage e medidas repressivas, o movimento democrático, agindo à luz do dia, desenvolveu a sua organização, revelou e promoveu centenas de activistas, ampliou a sua propaganda e firmou-se mais no terreno da acção legal, que

o fascismo procurava retirar-lhe.

O esforço da Oposição, por um lado, e o enfraquecimento do regime fascista e a sua necessidade de manobrar demagogicamente, por outro, permitem considerar com confiança o prosseguimento da acção democrática e a sua implantação aberta na vida política portuguesa. Logo em 31 de Outubro, o manifesto da Comissão Executiva do Comité Central do Partido chamava a atenção para a necessidade de manter as Comissões constituídas, continuar o trabalho de organização e propaganda, manter a iniciativa política desenvolvendo acções e campanhas em torno dos objectivos fundamentais do movimento. E, em Novembro, a Comissão Política sublinhava terem sido criadas condições mais favoráveis para prosseguir a luta pelo direito a uma actividade legal permanente, que continua a ser um dos objectivos imediatos do movimento democrático, inserido no objectivo mais largo da liberdade de associação, de expressão de pensamento, de reunião e de manifestação.

O movimento democrático tem de contar com uma teimosa resistência da ditadura, com medidas «directas» e «indirectas» de repres-

são. Não deve haver a esse respeito quaisquer ilusões. Não há que ceder nem à repressão e às ameaças fascistas, nem às pressões do oportunismo de direita e do verbalismo e aventurismo esquerdista, umas e outras tendentes à completa ilegalização do movimento e ao corte (que lhe seria fatal) da sua ligação com as massas. Na situação actual, é necessário e imperioso tudo fazer para fincar os pés no terreno ganho durante a campanha, para prosseguir e desenvolver a acção legal e semi-legal.

As tarefas de organização, de propaganda, de mobilização das massas não terminaram com o período «eleitoral». Deixaram é certo de possuir o elemento aglutinador e unificador, que foi a apresentação de candidatos às «eleições» e a campanha política correspondente. Mas continuam a ter objectivos concretos imediatos profundamente sentidos pelas massas. O futuro do movimento democrático está estreitamente ligado à sua capacidade de conduzir as massas à luta por esses objectivos.

Pela sua parte, os comunistas não devem poupar esforços para que o movimento consiga realizar com êxito essa sua tarefa.

3

A luta pelas liberdades essenciais, pelo direito de expressão do pensamento, de organização, de reunião, de manifestação e de greve; a luta contra a repressão fascista, pela Amnistia, pela dissolução da PIDE-DGS; a luta pelo fim da guerra colonial e a abertura de negociações; a luta por melhores salários, contra a carestia de vida e o peso dos impostos; a luta contra os monopólios e a submissão ao imperialismo estrangeiro; — continuam a ser direcções fundamentais da luta popular, a organização, a agitação e propaganda, a mobilização de massas, realizam-se em torno destes objectivos, não colocados apenas em termos gerais, mas concretizados em cada situação e em cada caso.

Uma das características da luta popular em Portugal é desenvolver-se em numerosas frentes, cada qual com as suas formas próprias de organização e acção. A principal frente da luta política é o movimento democrático, tendo como eixo as suas estruturas distritais. Mas não só, aiém dessas estruturas, existem importantes movimentos autónomos com objectivos específicos de acção (solidariedade aos presos políticos e outros), como o próprio movimento democrático não poderia ter alcançado o seu nível actual, sem a luta nas ou-

tras frentes: a luta contra a guerra colonial nas diversas formas que saem fora do âmbito do movimento democrático, a luta reivindicativa operária nas empresas, o movimento sindical, o movimento da juventude trabalhadora, o movimento dos estudantes, o movimento das mulheres, a luta do campesinato e das populações, a luta em defesa da cultura, os movimentos pela segurança europeia, pela paz, de solidariedade aos povos em luta contra o imperialismo, etc.

A grande campanha política de massas do mês de Outubro foi possível porque nela convergiram, em larga medida, as energias destas várias frentes de luta.

Acabada a campanha, adquire decisiva importância o desenvolvimento da luta em cada uma das frentes, pelos seus próprios objectivos. As importantes greves operárias de Outubro-Novembro comprovam a perspectiva dum rápido ascenso da luta nas empresas. Em alguns casos, esforços que se haviam concentrado na campanha, têm de incidir nova e prioritariamente nos seus sectores de origem. O desenvolvimento geral do movimento popular contra a ditadura fascista e a própria continuidade do movimento democrático exigem que, em todas as frentes de luta, se intensifiquem as lutas parciais de



massas com objectivos concretos bem definidos. | todas as frentes, o impulso necessário para
Só o Partido está em condições de dar, em | que tal suceda.

4

par duma orientação política justa, a organização do movimento democrático foi um dos principais factores do êxito da campanha.

Embora com diferenças distritais, as predominantes formas actuais de organização do movimento (extraordinariamente amplas, maleáveis, com um funcionamento democrático) resultaram da rica experiência e espírito criador do movimento e mostraram estar adaptadas às condições concretas em que este se desenvolve.

Sem o considerável reforço orgânico ao longo de 1973, sem a multiplicação do número de comissões, reuniões e plenários deliberativos, sem os encontros nacionais, sem o substancial aumento do número de activistas resultante deste processo, não teria sido possível ao movimento resistir às sucessivas tentativas do governo para sufocá-lo, conduzir uma tão vigorosa e confiante campanha, adquirir a capacidade de mobilização popular que revelou.

Para que o movimento progrida após a mascarada «eleitoral», é essencial que prossiga sem descanso o trabalho de organização, que continuem a realizar-se plenários, encontros e

reuniões das diversas comissões. Se isso não é feito, o movimento corre o risco duma grande quebra de actividade e de enfraquecer perigosamente a sua capacidade de resistência às tentativas fascistas para liquidá-lo.

O mesmo sucede nas outras frentes de luta popular. O reforço da organização unitária (com as formas e métodos próprios a cada uma dessas frentes) é condição indispensável para o desenvolvimento das acções de massas.

Os comunistas têm de dar a este trabalho uma constante atenção. Ao mesmo tempo, não podem perder de vista que o êxito de tal trabalho, assim como de toda a movimentação popular, depende em larga medida da força organizada do Partido. Todo o trabalho de organização unitária nas diversas frentes da luta popular tem de ser acompanhado dum constante trabalho de recrutamento para o Partido dos melhores activistas, do reforço das organizações de base e dos organismos de direcção do Partido, da selecção e promoção de quadros do Partido.

Os militantes nunca podem esquecer este duplo e complementar aspecto do seu trabalho de organização.

5

Um outro factor do êxito da grande campanha política de massas foi a sólida e ampla unidade alcançada no movimento democrático. Unidade quanto aos objectivos políticos definidos colectivamente pela Oposição. Unidade quanto aos objectivos imediatos e às formas de acção e de organização. Unidade dos activistas mais destacados, de todas as estruturas do movimento e de amplas massas, numa grande e exaltante iniciativa política. Os resultados da campanha são inseparáveis da unidade de pensamento e de acção, que se conseguiu.

A experiência revela uma vez mais que o movimento unitário se reforça, se reforça a sua capacidade de acção e a sua influência de massas, quando está, por um lado, aberto sem discriminações a todos quantos nele querem sinceramente participar, e quando, por outro lado, não é internamente corroído por elementos divisionistas e desagregadores. O fracasso, na CDE de Lisboa, da conspiração

fraccionária e divisionista do primeiro semestre de 1973, com a saída (aliás voluntária) dos seus principais elementos, quando batidos por largas maiorias, foi um acontecimento salutar para o movimento, que lhe permitiu deixar de estar absorvido por intrigas, discussões e conflitos internos constantemente fomentados por inimigos da unidade, e lançar-se decididamente ao trabalho de organização e de massas. O reforço da unidade da actividade democrática exige o combate a divisionistas e desagregadores. Seria erro grave, de que se não tardaria a pagar caro preço, se uma falsa noção de unidade sem discriminações, levasse a abrir as portas do movimento àqueles que se afirmam seus declarados inimigos.

No movimento democrático, nas suas estruturas actuais, não é possível a representação de partidos políticos. Trata-se de um movimento aberto, cuja orientação é definida e cujos organismos de direcção são escolhidos por estruturas extraordinariamente amplas.

Entretanto, actuam no movimento democratas de todas as tendências, sobretudo das três principais correntes do pensamento democrático português na actualidade: comunista, socialista e católica progressista. A cooperação do Partido Comunista e do Partido Socialista exerceu por isso uma influência positiva na campanha. A corrente católica progressista sofre de demasiada dispersão e da falta de um agrupamento político próprio. O seu papel na luta popular antifascista poderia ser incomparavelmente maior se esta debilidade fosse superada.

O Partido Comunista, a par da cooperação estabelecida numa base clandestina com outros partidos e sectores, luta infatigavelmente, tanto no movimento democrático, como em todas as outras frentes de luta popular, pela unidade sem discriminações de todos aqueles que estão sinceramente dispostos a lutar unidos pelos

objectivos comuns. Onde quer que actuem (no movimento democrático, na empresa, no movimento sindical, nos movimentos da juventude trabalhadora, dos estudantes, das mulheres, em todas as outras frentes de luta) os comunistas devem dar provas constantes de espírito unitário, procurando convencer e nunca impôr, defendendo, nas diversas estruturas os métodos democráticos da decisão, procedendo lealmente para com os aliados, procurando acordos práticos para a acção sem prejuízo da firme batalha ideológica.

A unidade da classe operária, das massas trabalhadoras, da juventude, das forças antifascistas, constitui um elemento capital da sua força, da sua energia combativa, da sua capacidade de lutar com êxito contra o inimigo fascista. Trabalhar para o reforço dessa unidade é tarefa de todas as organizações e militantes do Partido.

6

Os problemas de defesa, no momento presente, têm de ser considerados numa grande amplitude.

Por um lado, tudo fazer para defender o movimento democrático, para conservar o terreno conquistado com a campanha política de massas, insistindo numa actividade legal e fazendo firmemente frente a todas as medidas repressivas, seja contra as estruturas, propaganda e actividades, seja contra os activistas do movimento. A firmeza e a pronta acção das massas podem em muitos casos fazer recuar o fascismo. Semelhante orientação é válida para outras frentes de luta popular, como os movimentos autónomos (contra a repressão e outros) o movimento sindical, o movimento da juventude trabalhadora, o movimento associativo dos estudantes, o movimento das mulheres, etc.

Nas condições do fascismo, a defesa da repressão tem de ser uma preocupação constante em todas as frentes de luta popular. No plano político, a melhor defesa é muitas vezes a iniciativa e a ofensiva. No plano da tática, a defesa exige maleabilidade, serenidade, capacidade para avaliar a correlação de forças e a conjuntura, combate ao aventureirismo e ao verbalismo pseudo-revolucionário que procuram ilegalizar os movimentos, cortá-los da sua base, de massas e dar fáceis pretextos para a intervenção do aparelho repressivo.

Aos comunistas cabe um decisivo papel na defesa da repressão fascista dos vários sec-

tores da luta. Ao mesmo tempo, nunca devem perder de vista que a primeira condição para a defesa bem sucedida do conjunto do movimento popular é a defesa do Partido, alvo principal da repressão fascista. Como sempre sucede no decurso de grandes ofensivas, os militantes ocuparam na recente campanha política de massas, postos avançados e aumentaram consideravelmente os encontros, as ligações, a movimentação. O inimigo pode ter localizado «pontas», que procurará aproveitar em profundidade. Sem em nada diminuir a actividade de massas (que continuam aliás a ser indispensável para a própria defesa do Partido), é necessário reforçar a vigilância e os cuidados, particularmente do aparelho clandestino de direcção: funcionários do Partido, organismos regionais, locais, de classe, de sector, etc. É também imperioso que militantes com vida legal, que estejam mais expostos, não conservem documentos ou notas comprometedoras e tenham sempre as suas casas «limpas» de documentação partidária.

A grande campanha de Outubro levará o governo e o seu aparelho repressivo a intensificarem os esforços para atingirem o Partido. O facto de se ter conduzido, praticamente sem baixas, uma tão intensa actividade não deve levar a subestimar a capacidade e experiência do aparelho repressivo, nem a sobrestimar o trabalho conspirativo (em que continuam a registar-se muitas deficiências).

Descuidos na defesa do Partido podem conduzir a graves perdas susceptíveis de anular ou comprometer os grandes progressos reafirmados. Impõe-se que seja dedicada aos problemas de defesa uma atenção redobrada.

Na vanguarda da luta popular, o Partido tem particular responsabilidades. A classe

operária, amplas massas trabalhadoras, sectores políticos cada vez mais largos, vêm no Partido a força revolucionária dinamizadora e unificadora do movimento antifascista. Todas as organizações e militantes, na sua actividade, tem de esforçar-se para que o Partido corresponda àquilo que o povo português dele espera.

COMPOSIÇÃO DO PARTIDO

Num documento relativo a cerca de dois terços dos efectivos do Partido, realizado há alguns meses, ressaltam, entre outros, alguns dados significativos, que a seguir se referem.

O primeiro respeita à **composição social** do Partido. Segundo esse apuramento, 57% dos membros do Partido são operários e empregados. Esta percentagem não se pode considerar satisfatória. Como partido do proletariado e sua vanguarda revolucionária, tendo em conta a composição de classe da sociedade portuguesa, o PCP deve ter uma larga maioria de proletários nas suas fileiras.

É certo que um considerável aumento do número de membros do Partido de outras origens sociais (como tem sucedido com intelectuais e estudantes) influi obviamente nas percentagens. Entretanto, as causas essenciais da insatisfatória percentagem de proletários, são, por um lado, o facto de o Partido ainda não ter recuperado plenamente as suas posições em zonas proletárias atingidas fortemente pela repressão, e, por outro lado, em deficiências na organização das células de empresa e no recrutamento de operários industriais e rurais.

O apuramento feito, mais reforça a necessidade de concentrar energias na organização e recrutamento nos centros operários, na formação e reforço das células de empresa, na transformação de todas as células em organizações dirigentes e impulsoras da luta da classe operária.

O segundo dado significativo respeita à **idade dos membros do Partido** (composição etária). Pelo apuramento citado, apenas 8% têm mais de 50 anos e 59% têm menos

de 30 anos.

Estes dados mostram a afluência da juventude às fileiras do Partido. São muito positivos. O exame mais pormenorizado em alguns sectores indica a entrada no Partido de muitos jovens com menos de 21 anos. Vê-se que o Partido, longe de « envelhecer », se mantém muito jovem pela sua composição, o que é um favorável elemento para a sua vitalidade, energia e perspectiva de desenvolvimento.

Há que prosseguir firmemente no recrutamento de jovens para o Partido, na ajuda ao seu desenvolvimento como quadros, na sua promoção audaciosa.

O terceiro dado significativo respeita ao número de mulheres membros do Partido. Segundo o apuramento, são 20% dos efectivos.

O facto de que, em cada cinco membros do Partido, um é mulher indica um apreciável número de militantes mulheres. Esse número e essa percentagem não se podem porém considerar satisfatórios. Não correspondem nem à influência do Partido, nem às imensas perspectivas do trabalho revolucionário entre as mulheres.

Estes dados reforçam a necessidade dum muito maior diligência no recrutamento e promoção de mulheres, dum forma geral em todo o Partido e, particularmente, em centros industriais e empresas, onde predomina a mão-de-obra feminina, e na juventude trabalhadora.

Estes elementos do referido apuramento são muito incompletos. Mas dão uma ideia de alguns importantes aspectos da composição actual do Partido e de algumas direcções fundamentais do trabalho de organização.



A LUTA NAS EMPRESAS

suas formas, organização e direcção

I

Na sociedade capitalista, sociedade em que as relações de produção assentam na exploração do homem pelo homem, os trabalhadores defrontam diariamente nas empresas toda uma série de problemas em relação aos quais têm de tomar uma posição combativa e de luta firme. A sede ilimitada de lucros por parte dos capitalistas, a necessidade que cada um deles sente de produzir sempre mais e mais barato para enfrentar a concorrência dos outros, tudo os impele a apurarem continuamente os métodos de exploração, a inventar novos métodos, a intensificar por todos os meios a exploração. Mesmo quando os capitalistas, voluntariamente ou obrigados pelas leis da concorrência, são levados a aperfeiçoar as técnicas de produção ou a introduzir técnicas novas é sempre com o objectivo de arrancar dos trabalhadores um maior esforço pela aceleração dos ritmos de trabalho ou outros processos e nunca para amenizar esse esforço.

A luta dos trabalhadores nas empresas e através dos sindicatos é, pois, uma condição imprescindível para impedirem o agravamento constante das condições de trabalho e de vida. O pagar salários o mais baixos possível é uma das principais formas de exploração utilizadas pelos capitalistas. A luta pelo aumento de salários e outras reivindicações é imprescindível aos trabalhadores para conseguirem melhorar as suas condições de vida. Mais, a luta dos trabalhadores nas empresas é indispensável até para manterem conquistas anteriores, pois muitas vezes os capitalistas não recuam mesmo, se a ocasião se lhes apresenta favorável, em retirar ou tentar retirar aquilo que noutras alturas foram obrigados a dar. Veja-se por exemplo o que aconteceu na Rabor. Ao passar para as mãos dos americanos da ITT, estes retiraram o 13.º mês que os trabalhadores desta empresa já tinham conquistado. Os trabalhadores da Rabor têm tido que travar uma aturada luta para tentarem recuperar o que já tinham conseguido e lhes foi roubado.

Para os capitalistas só o lucro conta. O resto são histórias. As teorias tão melifluamente espalhadas e propagandeadas pelos capitalistas e seus agentes dos chamados «in-

teresses comuns», da «colaboração de classes», da «harmonia dos interesses», de «uma só família» (compreendendo patrões e trabalhadores) e outras balelas que tais, são tentativas grosseiras de mais facilmente exercerem a exploração. Tais tentativas não resistem dois segundos à evidência da realidade nua e crua dos interesses inconciliáveis de trabalhadores e patrões, da realidade de uma feroz luta de classes, a qual não pode desaparecer sem a transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista, transformação essa que só a luta revolucionária da classe operária e seus aliados pode levar a cabo.

São muitas as reivindicações por que os trabalhadores têm de bater-se nas empresas. A luta por aumento de salários é geralmente a mais frequente e também a mais importante. O contínuo aumento do preço dos artigos de primeira necessidade, rendas de casa, etc., impõe aos trabalhadores uma luta cotidiana por aumentos de salários, uma corrida na qual os salários vão sempre atrás.

São problemas do dia a dia nas empresas os ligados aos contratos colectivos de trabalho, que os patrões tentam, sempre que podem, esquivar-se a cumprir quando as disposições não são inteiramente aquilo que queriam. Há os problemas de horários de trabalho, horas extraordinárias, ritmos de trabalho, despedimentos, castigos, multas, categorias, condições de trabalho (como higiene e segurança), qualidade e preços das refeições nas cantinas e muitos outros. Por vezes alguns aparecem inesperadamente, por uma medida qualquer tomada pelo patrão que prejudica os trabalhadores e contra a qual estes reagem. Por exemplo, um problema que já surgiu nalgumas empresas e que num caso pelo menos deu motivo a uma grande luta dos operários é o da tentativa dos patrões de mudarem os operários dum sindicato para outro como meio de se esquivarem a um novo CCT. Todos nos lembramos da tentativa da Grundig neste sentido em Fevereiro de 1972, tentativa gorada pela enérgica reacção dos mais de 2.000 operários e operárias da empresa, que durante dois dias e meio fizeram uma corajosa greve de que saíram vitoriosos. Mas o

caso da Grundig não é o único. A mesma tentativa fizeram a Rabor e várias empresas de calçado de borracha e de alimentos para animais também para fugirem ao CCT. É da na-

tureza dos capitalistas espreitarem sempre o mais pequeno furo por onde possam tentar escapar-se. Só a luta firme e unida dos trabalhadores os obriga a ceder.

II

Nesta luta diária que se trava nas empresas entre trabalhadores e patrões intervém ainda um terceiro elemento, o governo. Este, pretendendo-se o árbitro das duas partes, é na verdade o fiel servidor e defensor dos interesses do patronato. A farsa da neutralidade ou da função de árbitro do governo encontra o seu igual na farsa dos interesses comuns entre trabalhadores e patrões. Nunca ninguém viu, por exemplo, as forças repressivas intervirem para obrigar um patrão a dar o aumento pedido pelos seus operários ou a satisfazer outras reivindicações. Nunca ninguém viu as forças repressivas prenderem um patrão porque ele resiste ou se recusa mesmo a cumprir obrigações decorrentes dum CCT favoráveis aos trabalhadores. Mas todos assistimos com muita frequência à intervenção das forças repressivas para prenderem trabalhadores em luta ou tentarem obrigá-los a trabalhar nas condições contra as quais se levantaram.

Podemos ver ainda um outro aspecto do comportamento do governo no seu pretenso papel de árbitro. Na contratação colectiva existe uma fase chamada de arbitragem, que intervém quando as duas partes não chegam a acordo nas fases negociação e conciliação, o que normalmente acontece sempre. No tribunal arbitral há um árbitro nomeado pelo governo, que é quem preside e, na prática, quem decide, se os outros dois (representando um os patrões e o outro os trabalhadores) não estão de acordo entre si. O representante do governo está ali para defender os interesses dos patrões e desempatar em benefício destes.

Acontece por vezes que alguns árbitros se pronunciam a favor de reivindicações dos trabalhadores (contra a posição do árbitro patronal) e estas são portanto aprovadas. Mas, para tais casos, lá está o Secretariado de Estado do Trabalho. Todos estamos lembrados do que aconteceu com o CCT dos caixeiros em que o governo, na pessoa de Silva Pinto, não homologou a semana de 44 horas, uma grande reivindicação da classe, aprovado pelo tribunal arbitral, mas a que os patrões se opunham fortemente. O mesmo se passou com o CCT dos metalúrgicos, em que algumas das cláusulas favoráveis aos trabalhadores e muito contestadas pelo patronato não foram homologadas. Em contra-partida, veja-mos a pressa com que o mesmo Silva Pinto correu a homologar o CCT dos empregados bancários aprovado no respectivo tribunal arbitral com algumas cláusulas que os empregados bancários consideram altamente lesivas dos seus interesses e contra as quais quase toda a classe se levantou em peso, dando mais uma vez provas da sua elevada combatividade e espírito de luta.

É, pois, esta a «arbitragem», a «neutralidade» do governo ou seus representantes, sempre do lado do patronato. Aliás o governo é cada vez mais ele próprio um patrão capitalista dada a evolução do capitalismo em capitalismo monopolista de Estado. Na sua luta reivindicativa, os trabalhadores têm portanto que enfrentar e bater-se, não apenas contra os patrões, mas também contra o governo e as suas forças repressivas, que, com o patronato, constituem uma frente única contra os trabalhadores.

III

Para arrancar ao patronato a satisfação das suas reivindicações os trabalhadores usam as mais diversas formas de luta, desde as mais simples às formas superiores, desde a simples petição através de uma comissão de unidade até à greve, passando por toda uma série de formas de luta intermédias. A imaginação criadora das massas e uma experiência acumulada de muitos anos tem dado à classe operária e às outras camadas trabalhadoras um rico arsenal de formas de luta. E como essa imaginação criadora é inesgotável surgem

constantemente novas formas.

Por vezes e em dado momento uma luta assume apenas a forma de um protesto ou manifestação de descontentamento, para depois evoluir para outras. Conhece-se o caso dos operários duma empresa que, para significarem ao patrão o seu descontentamento pelos baixos salários apareceram um dia na fábrica com os bolsos virados para fora. Claro que não é de pensar que um patrão vai aumentar os seus operários só porque estes lhe



aparecem com os bolsos virados para fora, sem mais nada. Cita-se o caso pela sua originalidade e que de qualquer modo não deixa de ser um aviso, com o seu efeito psicológico e um acto preparatório para formas diferentes.

As formas de luta a empregar dependem muito da importância das reivindicações em causa, da resistência dos patrões e da força dos trabalhadores. Por força dos trabalhadores compreende-se, aqui, a consciência colectiva da justiça das reivindicações, a disposição de luta, a unidade e combatividade, além da organização.

Às vezes uma luta começa e termina com a vitória sem ter de passar a outras formas. A disposição e a firmeza revelada pelos trabalhadores, a sua unidade e combatividade, a organização, a escolha acertada do momento para desencadear a luta tendo em conta os próprios problemas da empresa, enfim, todo um conjunto de factores que contam muito no embate entre trabalhadores e patrões, estabeleceram desde logo uma relação de forças desfavorável ao patrão que o obrigaram a ceder. Outras vezes, só passando a outras formas, inclusive formas superiores como a paralisação e a greve, os trabalhadores conseguem vencer. Outras vezes ainda os trabalhadores não vão além das formas mais simples, mesmo sem conseguirem a satisfação total ou parcial das suas reivindicações. A luta fica a meio por deficiência ou ausência de organização, pelo medo à repressão patronal e policial, por falta de unidade ou de disposição dos trabalhadores de passarem a outras formas pelas consequências que pode trazer; e

que não estão dispostos a enfrentar, enfim, porque as condições não estão maduras para que a luta prossiga. Quando assim acontece é normal os trabalhadores voltarem à carga noutra altura, mais tarde, em melhores condições. Outras vezes ainda, os trabalhadores fazem uso das formas de luta mais avançadas, vão até à greve, e não conseguem vencer (pelo menos no imediato). A intervenção violenta das forças repressivas, a capacidade de resistência da empresa, possíveis debilidades na organização e condução da luta e outras causas deram ao patrão a superioridade na relação de forças nesse momento. Nada há de anormal nisso. Toda a luta de classes é feita de vitórias e derrotas. E em cada derrota pode adquirir-se uma experiência que contará para a vitória de amanhã.

A experiência da luta reivindicativa mostra que mesmo quando uma luta não é imediatamente vitoriosa, mesmo quando os trabalhadores não conseguem impor nesse momento ao patrão a cedência daquilo por que se bateram e têm de retomar o trabalho (se o pararam) nas condições anteriores, ou até piores, os resultados positivos virão mais tarde, por vezes aparentemente sem ligação com a luta que antes travaram, mas na realidade em consequência dela. A luta nunca é em vão. Aliás, o facto de os operários de uma empresa se terem organizado, unido e lutado em conjunto, irmanados nos seus interesses de classe e aspirações comuns, é já em si um passo positivo contribuindo para que, mais adiante, se venham a obter sucessos na luta reivindicativa.

IV

Os resultados duma luta podem depender muito da sua organização e da forma como é dirigida. Preparar e organizar bem uma luta é um grande passo para o seu êxito. Dirigi-la bem durante o seu curso é uma segunda condição que facilitará a vitória.

Por preparar e organizar bem uma luta entende-se uma boa discussão das reivindicações a apresentar, de modo a que a generalidade dos trabalhadores da empresa as sinta verdadeiramente e esteja disposta a bater-se por elas; a discussão da forma ou das formas de as levar à gerência; a discussão das formas de luta a adoptar; a criação do organismo ou organismos que hão-de dirigir a luta, incluindo os seus actos preparatórios e que normalmente será uma comissão de unidade, se ainda não existe na empresa.

A luta numa empresa por uma ou mais reivindicações pode decidir-se em pouco tempo ou ser um processo relativamente longo com

várias fases, no decorrer das quais os trabalhadores têm que ir discutindo as formas a adoptar em cada fase e criando os organismos apropriados se for caso disso. Por exemplo, se se vai até à greve, acto considerado ilegal, o organismo para dirigir a greve deverá ser normalmente também um organismo ilegal, não deve ser o mesmo que dirigiu a luta no seu começo. Doutro modo será facilitar a repressão sobre os dirigentes da luta, facilmente identificáveis pelos patrões e pelas forças policiais, e criar dificuldades ao seu prosseguimento.

Não é raro ocorrerem lutas em que os trabalhadores não saem vitoriosos porque, entre outras possíveis causas, houve falta de organização e não houve quem as dirigisse na sua fase mais aguda. Citemos como exemplo o caso da **MAGUE** em que, após dia e meio de greve durante a qual os operários revelaram grande combatividade, foi retomado o

trabalho sem ser satisfeita nenhuma das reivindicações por que tinham ido para a luta, sem qualquer compromisso da empresa de as vir a considerar. Caso mais ou menos idêntico se passou na **Cel-Cat**.

Tanto num como noutro caso, o trabalho terá sido retomado nessa altura sobretudo por deficiente organização e ausência de um organismo que dirigisse a luta na fase em que estava, pois não parece que ela já estivesse esgotada. Uma luta assim é como um barco sem comando num mar agitado. Claro que a luta não foi em vão, os seus resultados virão mais tarde, como se viu em parte já na própria **Maguê**, sobretudo se os operários continuam a manter um espírito combativo e a disposição de não desistir das suas reivindicações. Mas isto não anula as deficiências nem a realidade de que, no momento, e talvez por isso mesmo, não venceram.

Naturalmente que o óptimo é inimigo do bom, como diz o nosso povo, e não pode pensar-se que uma luta só se deve desencadear

quando tudo esteja muito bem organizado, muito afinadinho. Isso equivaleria, na prática, a travar a eclosão de muitas lutas. A rapidez com que muitas vezes se desencadeiam e desenvolvem os acontecimentos no processo das relações explorados-exploradores nem sempre é compatível com o que em teoria está mais certo. Bem organizada nuns casos, menos bem noutros, ainda mal noutros, a luta reivindicativa dos trabalhadores nas empresas contra todas as formas de exploração capitalista prossegue e alarga-se: Ela é o freio a uma exploração ainda maior, ela é a condição indispensável para a obtenção da melhoria de condições de vida e de trabalho. Entretanto é incontável que quanto melhor preparada e organizada for uma luta maiores são as possibilidades de êxito, pelo que este aspecto deve merecer sempre uma grande atenção de todas as organizações, células de empresa e militantes do Partido, como uma das suas tarefas essenciais nos respectivos locais de trabalho.

30.º aniversário DO III CONGRESSO DO PCP

O III Congresso do PCP (Ilegal) realizou-se na clandestinidade em Novembro de 1943(1) O «Avante» da 2.ª quinzena desse mês, noticiando o acontecimento, considerou o III Congresso «uma grande vitória» de «significado histórico na vida do Partido» e sublinhou que se tinha celebrado «sob as consignas da frente-única da classe operária, da unidade nacional antifascista e do robustecimento do Partido». De facto, estas três consignas correspondem a três aspectos fundamentais dos trabalhos do III Congresso, em que este consagrou grandes êxitos da actividade do Partido.

O III Congresso culminou a reorganização iniciada em 1940 e abriu, na vida do Partido, a época da sua transformação num grande

Partido nacional. O III Congresso realizou-se no preciso momento em que o Partido, dirigindo grandes lutas operárias, tornara decisivamente, de vez e de facto, o papel de vanguarda revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras. Finalmente, o III Congresso marcou, na história do movimento antifascista, um momento de viragem, em que a classe operária (no ponto de vista social) e o Partido (no quadro das forças políticas). Terão uma intervenção cada vez mais efectiva e determinante.

Estes três aspectos, que a seguir serão examinados mais em pormenor, caracterizam o significado e a importância do III Congresso na vida e na história do Partido.

1

O III Congresso, dando por finda a reorganização, põe termo a um longo período de instabilidade, irregularidade e insegurança na acção partidária, revela a consolidação e reforço do aparelho clandestino, no núcleo de revolucionários profissionais e da organização, e começa a pôr em prática os princípios leninistas de direcção. O III Congresso estabelece assim bases só-

lidas para a continuidade e o desenvolvimento da actividade partidária e inaugura uma nova época na vida do Partido — a da sua transformação num grande partido nacional, com destacado papel na vida política portuguesa.

A reorganização de 1940-41 traçara inicialmente, como tarefas a constituição de uma direcção firme e dedicada, o reaparecimento



da imprensa e a reactivação da acção partidária.

Estes objectivos foram rapidamente alcançados. A direcção passou a ser assegurada por camaradas provados e firmes. «O Militante» reapareceu em Junho de 1941 e o «Avante» em Agosto. Encetou-se um esforço para desenvolver algumas organizações regionais.

Entretanto, logo se mostrou que estes êxitos não asseguravam por si a defesa e consolidação do Partido. A persistência, durante algum tempo, nos mesmos métodos de defesa, de direcção, de organização, que haviam já mostrado serem inadequados, esteve a pontos de comprometer e anular os êxitos já alcançados. A experiência mostrou serem necessárias profundas alterações de fundo em numerosos aspectos da vida interna e da actividade do Partido.

O problema da defesa adquiria particular importância dados os sucessivos golpes que durante muitos anos haviam atingido a direcção central e que tinham conduzido a um progressivo enfraquecimento e a uma verdadeira crise nos anos 1939-1940. Nos dois primeiros anos da reorganização, depurou-se o partido de elementos desmoralizados e afastaram-se perigos de provocação. Entretanto, a explicação adoptada, segundo a qual os anteriores golpes sofridos pelo Partido se deveriam a provocadores infiltrados na direcção (o que nunca foi provado), conduziu à atribuição de todos os males a «bodes expiatorios», à subestimação das medidas de defesa e à insistência em processos de trabalho, que estavam na raiz de desastres anteriores. Essa subestimação facilitou um novo grave golpe em 1942, em que foram presos dois membros do Secretariado e alguns dos mais destacados militantes, além do assalto ou localização de instalações clandestinas.

É a partir dessa data e com a constituição de um novo Secretariado, que se opera uma viragem nos métodos de defesa (instalações, transportes, ligações, disciplina), que está na raiz da ulterior continuidade do trabalho e desenvolvimento do Partido.

O III Congresso é, pela sua própria realização, uma primeira grande afirmação do êxito dessa viragem.

No que respeita à direcção central, ela estivera sempre centralizada no Secretariado. Desde a reorganização de 1929, nunca fora constituído um Comité Central com funcionamento regular. O Secretariado convocava, em

raros momentos particularmente graves, reuniões de quadros responsáveis (secretários dos CR de Lisboa e Sado, secretário geral da FJC, secretário do SVI). Várias vezes essas reuniões tiveram poder deliberativo. Na primavera de 1936, uma reunião semelhante resolveu constituir um Comité Central, mas este foi dentro em pouco destruído por sucessivas prisões. A necessidade de uma direcção colectiva permanente e regular, de um Comité Central constituído por membros de pleno direito e dando contas ao Partido da sua actividade, era uma tarefa da mais alta importância para o desenvolvimento do Partido.

O III Congresso realizou com êxito essa tarefa. Primeiro Congresso realizado na clandestinidade (isto é, desde 1926), teve o alto significado de tornar regra a prestação de contas da direcção central a todo o Partido, o método de discussão aberta e a aprovação no Congresso da linha política do Partido. A eleição pelo Congresso do primeiro verdadeiro Comité Central actuando na clandestinidade representou um passo decisivo para a instauração duma direcção colectiva, para a formação de quadros dirigentes, e para assegurar a continuidade do trabalho de direcção.

A constituição dum núcleo dirigente capaz de assegurar a continuidade do trabalho esteve ligada à realização bem sucedida de outra tarefa: a criação de um forte núcleo de revolucionários profissionais, de funcionários do Partido, com a correspondente base técnica, que (reforçado ulteriormente) viria a ser, até hoje, um dos factores fundamentais da força do Partido, da sua capacidade de resistência à repressão, da sua solidez orgânica. O III Congresso revela uma situação nova, com um núcleo de funcionários do Partido em plena expansão.

O desenvolvimento da organização à escala nacional fora uma das tarefas principais que colocara a reorganização. Nos anos que se seguiram, os melhores quadros do Partido, praticamente todos sem excepção, foram enviados para regiões diversas, trabalhando directamente na criação de novas organizações de base, locais e regionais.

O III Congresso, fazendo o balanço dos progressos da organização, verifica que essa tarefa estava a ser levada a cabo com sucesso. Os efectivos do Partido tinham subido a mais de três vezes os indicados por B. Gonçalves em 1935, atingindo o mais alto número registado até então na clandestinidade. Começavam a criar-se fortes núcleos regionais. Na

continuidade desses progressos, o III Congresso traçou novas tarefas que viriam a ser cumpridas. Em menos de três anos, até ao IV Congresso, os efectivos do Partido viriam a ser quadruplicados.

Ainda noutros aspectos, o III Congresso teve particular significado no desenvolvimento do Partido.

Durante muito tempo se tinha subestimado a definição da orientação política do Partido. A linha do Partido era definida em artigos dispersos, elaborados por um ou dois camaradas, sem qualquer debate. Modificações e viragens da linha eram realizadas de forma semelhante. A viragem de 1935, por exemplo, foi discutida e aprovada, junto da IC, apenas pelos camaradas que constituíam as delegações aos Congressos da IC e da IJC, sem qualquer debate prévio no Partido.

Coube ao III Congresso pôr em primeiro plano e realçar a importância duma linha política correcta e discutida e aprovada colectivamente. É certo que, absorvidos diariamente como então ainda estavam todos os quadros de direcção com grande variedade de tarefas executivas, o trabalho político do III Con-

gresso se ressentiu necessariamente desse facto. Mas, pela primeira vez na clandestinidade, um Congresso definiu a linha política e a orientação em todos os aspectos essenciais da actividade do Partido.

O Congresso teve também um papel de relevo no fortalecimento da unidade do Partido. Pela definição da linha política, pela afirmação de força e vitalidade e ainda porque marcou a definitiva derrota ideológica (a que se seguiria a rápida desagregação e desaparecimento) de um grupo cisionista e provocatório, que então se formara, intitulado-se PCP e publicando durante algum tempo um falso «Avante».

O III Congresso aparece pois como o congresso da consolidação definitiva do Partido e do arranque para a sua transformação num grande partido nacional.

Desde então, apesar de fundos golpes sofridos, nunca mais o inimigo fascista conseguiu interromper a actividade partidária.

Ainda que num processo irregular, o Partido desenvolveu-se e tornou-se um partido forte, com uma intervenção activa e constante na vida política portuguesa.

2

O III Congresso, realizado num momento em que o Partido se implantava nas empresas e acabava de dirigir com sucesso grandes greves operárias, foi uma afirmação de que o Partido tomara decididamente a cabeça e a direcção das lutas da classe operária, como sua vanguarda revolucionária.

Entre os factores que tornaram possível, necessária e oportuna a realização do III Congresso, um merece especial relevo: as greves de Julho-Agosto de 1943. Havia mais de um ano, o desenvolvimento do Partido resultava directamente do seu papel nas lutas diárias (pequenas e grandes) dos trabalhadores da cidade e do campo. As greves de Julho-Agosto, em que participaram cerca de 50.000 operários, testemunhando a influência do Partido e o reconhecimento pela classe operária do seu papel dirigente, reforçaram extraordinariamente a confiança do Partido nas suas próprias forças e deram um vigoroso impulso a

toda a actividade partidária.

O III Congresso consagrou, na base da prática revolucionária, viva e recente, a política de frente única da classe operária definida pelo Partido para as condições peculiares existentes em Portugal.

No VII Congresso da Internacional Comunista realizado em Agosto de 1955, a delegação portuguesa, tendo em conta que, além do PCP, as organizações operárias (CGT anarquista, Sindicatos Autónomos, Partido Socialista) eram já então apenas resíduos de organizações em franca desintegração, sublinhara que a frente única em Portugal se teria de realizar, não através de um acordo entre organizações, mas através da organização da luta pelas reivindicações imediatas.

Diversas circunstâncias impediram que, nos anos seguintes, esta orientação registasse êxitos visíveis. Nos anos 1935-41, as interrupções, remodelações e reorganizações resultan-



tês das sucessivas e frequentes prisões na direcção superior do Partido, absorviam o grosso das energias, impedindo um real esforço para a implantação nas empresas e a organização da luta reivindicativa operária.

É a partir de 1941 que se passa a considerar que a defesa e o desenvolvimento do Partido são inseparáveis das lutas da classe operária e das massas trabalhadoras.

Valorizando o exemplo de uma greve dos operários da Covilhã em Novembro de 1941, o Partido inicia, em princípios de 1942, uma insistentíssima campanha pelo aumento de salários. As lutas reivindicativas vêm a culminar nas greves de Outubro-Novembro deste ano, nas quais participaram 20 000 trabalhadores e que, como acentuou o III Congresso, marcaram «o início dum novo período de lutas da classe operária, dum novo período de ofensiva».

O Partido examinou atentamente as greves de 1942, os seus lados positivos e negativos. Logo em Dezembro de 1942, o «Avante» indicava as deficiências verificadas e a necessidade de se trabalhar para que se não repetissem. Apontava como medidas: a criação duma direcção para o movimento operário em cada local de trabalho, a definição clara pelos trabalhadores dos objectivos da luta e sua ampla divulgação, a estreita ligação dos comunistas e outros trabalhadores de vanguarda com as massas operárias das respectivas empresas, a estreita ligação da luta das várias empresas. Tirando os ensinamentos da experiência, o Partido lançou-se com decisão à organização da luta reivindicativa.

No primeiro semestre de 1943, as lutas dos operários e assalariados rurais por melhores salários, contra o aumento das horas de trabalho, pelo pagamento a dobrar das horas extraordinárias e contra a falta de géneros, alargam-se e aumentam de intensidade. Seguindo as palavras de ordem do Partido, formam-se centenas de Comissões de Unidade nas empresas. Dirigindo as lutas diárias das massas trabalhadoras, o Partido desenvolve uma intensa actividade para unificá-las, salientando que são as pequenas lutas diárias que criam condições para o desencadeamento de grandes movimentos. «A classe operária (proclamava o «Avante» em título de lado a lado da página) caminha heróica e decididamente para grandes jornadas de luta».

As greves de Julho-Agosto de 1943 tiveram extraordinário significado no movimento operário e no desenvolvimento do Partido.

Em primeiro lugar, as greves evidenciaram que a unidade da classe operária se efectiva na luta pelos seus interesses vitais. Apesar da ocupação militar de fábricas, bairros e localidades, de assassinatos e espancamentos, da decretação da deportação de grevistas para Cabo Verde, 50.000 trabalhadores mantiveram-se

firmente em greve mais de uma semana. Como logo sublinhou o «Avante» (2.^a quinzena de Agosto de 1943) as greves constituíram «o maior movimento de massas desde o advento do fascismo». As greves foram uma grandiosa afirmação da força da classe operária, quando unida e organizada.

Em segundo lugar, a greve foi inteiramente preparada e dirigida pelo Partido, que mobilizou para o efeito o máximo das suas energias. O Secretariado do CC actuou como Comité Nacional da greve. O CR de Lisboa como CR da greve. Nas empresas, as células formaram numerosos Comités de greve. Encontros diários asseguravam a ligação do topo à base. A tipografia central do Partido e o aparelho de distribuição ficaram inteiramente disponíveis para a impressão de materiais relativos à greve. No dia 21 de Julho, é o próprio Secretariado que lança o manifesto apelando para a greve. No dia 26, primeiro dia de greve, paralisa o trabalho 14.000 operários. No dia 3, são já 50 mil. Através da organização e de sucessivos manifestos, foi assegurada a direcção da greve, até à retomada do trabalho. No norte, tem lugar uma greve de 2.000 operários e manifestações de 4.000 em S. João da Madeira. (2)

Como salientou o III Congresso, o facto de que a greve foi preparada, organizada, desencadeada e dirigida pelo Partido e o facto de que a classe operária seguiu o Partido «sabendo que seguia o Partido» mostraram que a unidade da classe operária se realiza sob a direcção do PCP, sua vanguarda revolucionária.

Partindo da análise das greves de 1942 e 1943, o III Congresso abriu a perspectiva e indicou o caminho para novas grandes lutas dos operários industriais e dos assalariados rurais, que viriam a comprovar-se poucos meses passados, na grande greve de 8 e 9 de Maio de 1944.

Outro importante aspecto da luta operária mereceu grande atenção do Congresso: a actividade sindical.

A viragem no trabalho sindical — abandono da tentativa de formação de sindicatos clandestinos e trabalho nos sindicatos fascistas — fora decidida em 1935, por altura do VII Congresso da Internacional Comunista. Mas B. Gonçalves, que chefiou a delegação do PCP, foi preso dias depois de regressar do Congresso (Novembro de 1935) e, deportado para o Tarrafal, aí viria a morrer em 1942. Junto com B. Gonçalves, foi preso José de Sousa, dirigente da Comissão Inter-Sindical (clandestina). Nos anos seguintes, as estruturas dos sindicatos clandestinos, já fortemente atingidos pela repressão que se seguiu ao 18 de Janeiro de 1934, desagregaram-se rapidamente. A sua imprensa clandestina desapareceu também. Manuel Rodrigues da Silva, que ficara à frente da CIS, foi preso em 1936.

O trabalho nos Sindicatos Nacionais não começou imediatamente, apesar do acordo existente nos quadros mais destacados do Partido acerca da nova orientação. Primeiro porque a viragem não se apoiou na ampla discussão e convencimento de todo o Partido. Segundo, porque nos anos de 1935-41 era muito débil a luta reivindicativa nas empresas, base essencial para que os trabalhadores pudessem sentir a necessidade de passar à acção nos Sindicatos Nacionais.

O III Congresso, não só confirma e torna mais precisa a orientação do trabalho nos Sindicatos Nacionais, como lança palavras de ordem que, só então, o Partido ligado estreitamente à classe, dirigindo diariamente lutas em centenas de empresas e grandes greves operárias, está em condições de levar à prática: «pressionar as direcções dos SN, desmascarar as direcções fascistas, eleger direcções da confiança dos trabalhadores». «Estão preen-

chidas as condições fundamentais (proclamou o III Congresso) para passarmos ao assalto em larga escala dos SN, para tornarmos os SN organismos de luta da classe operária».

O III Congresso marca o ponto de partida para uma regular actividade prática nos sindicatos fascistas. Fortes e confiantes no seu amplo e vigoroso movimento reivindicativo, fortalecida a confiança nas palavras de ordem do Partido, os trabalhadores passam a lutar nos sindicatos dentro da linha apontada e, menos de dois anos mais tarde, em 1945, registam grandes vitórias nas eleições de cerca de meia centena de sindicatos, pondo à sua frente direcções da confiança da classe.

Pela nova situação que analisou, pelas decisões que tomou, pelas perspectivas que abriu, o III Congresso constitui assim um importante marco na luta da classe operária portuguesa, dirigida pelo seu Partido.

3

O III Congresso marca um ponto de viragem na correlação de forças na Oposição antifascista. A classe operária coloca-se à frente da resistência contra o fascismo e o Partido torna-se a principal força política da Oposição, o grande animador e impulsor da unidade na luta contra a ditadura fascista e pela liberdade.

Em 1943, a burguesia liberal tinha ainda considerável influência política. Os «republicanos» contavam ainda com quadros numerosos: velhos dirigentes vindos do regime anterior ao 28 de Maio de 1926, militares, intelectuais, pequenos e médios industriais e comerciantes, artesãos. No III Congresso, reconheceu-se, como «verdade incontestável», que «uma grande parte da população portuguesa (principalmente na pequena e média burguesia) está sob a influência ideológica republicana» considerada então uma «grande corrente antifascista».

Durante os primeiros 20 anos de ditadura, os republicanos mantiveram, por um lado, numerosas e variadas formas legais de influência (imprensa, colectividades, cooperativas, etc.), conspiraram por outro lado activamente com o objectivo da restauração do regime parlamentar. O processo que consideravam adequado era um golpe militar, para o qual procuravam em geral a participação de civis armados. Logo em 1927, na revolta de 3/7 de Fevereiro, uma violenta e corajosa luta pôs em sério perigo a ditadura. Depois da derrota, enfraquecidos embora pela repressão, os republicanos continuaram a conspirar com vistas à organização dum putch (popularmente chamado

«revirvalho»).

As relações do Partido com as várias correntes republicanas foram durante anos particularmente tensas. O Partido conduzia justamente uma sistemática luta ideológica contra as concepções «revirvalhistas», pelo atentismo e ilusões que provocavam. Mas manteve durante vários anos posições sectárias, de que era viva expressão a própria linha política («por um Governo Operário e Camponês»), que se manteve até meados de 1935 e que constituiu um entrave ao desenvolvimento da acção política das massas e da unidade na luta contra o fascismo.

A viragem no sentido da unidade antifascista dá-se em 1935. Depois, sob a influência das Frentes Populares francesa e espanhola registam-se alguns êxitos em 1936-37, com a formação da Frente Popular Portuguesa. Alcançou-se um acordo com os dirigentes republicanos, mas esse acordo não chegou a transformar-se numa ampla acção política.

Nos anos de 1938-42, a crise que o Partido atravessou não permitiu progressos da unidade. Só em 1943, a consolidação do Partido, o rápido desenvolvimento da sua organização, a ampla difusão da sua imprensa e, sobretudo, as grandes lutas da classe operária dirigidas pelo Partido, aumentando extraordinariamente o prestígio do Partido ante todas as correntes democráticas, criam condições para que o Partido tome com êxito a iniciativa da constituição duma frente antifascista.

A situação internacional, ao realizar-se o III Congresso, juntava-se aos factores inter-nos, para facilitar este objectivo.



A batalha de Stalingrado em princípios do ano marcou a viragem da guerra. Mais de 300.000 alemães foram aí aniquilados ou feitos prisioneiros. Leningrado libertara-se do cerco. Em toda a longa frente, o Exército Soviético batia os nazis obrigando-os a retirar com perdas colossais em homens e material de guerra. As tropas anglo-americanas haviam desembarcado na Itália e Mussolini fora derubado pelos próprios generais. Precisamente na altura em que estava reunido o III Congresso do PCP, Stáline, discursando nas comemorações do 26.º aniversário da Revolução de Outubro, declarava: «A vitória está próxima».

A aliança das forças antifascistas com os comunistas, tornara-se uma realidade nas relações entre os Estados que combatiam Hitler e, em cada país, nas relações com os partidos comunistas, que, por toda a parte, encabeçavam a resistência ao ocupante.

Estes factores internacionais somaram-se aos factores internos para o estabelecimento da unidade antifascista em Portugal.

O Partido tinha iniciado a abordagem de representantes de sectores diversos e no III Congresso pode anunciar que se estava «em vésperas da criação dum organismo de unidade representativo de todos os grupos antifascistas». De facto, pouco depois, o «Avante» da 1.ª quinzena de Janeiro de 1944 anunciava a criação do Conselho Nacional de Unidade Antifascista.

O Conselho, com sucessivas adesões, tornou-se o órgão supremo do Movimento de Unidade Nacional Antifascista. O Conselho chegou a ter mais de 40 membros, representando o PCP, os partidos que se tinham então reactivado ou formado (Partido Republicano Português, Partido Socialista) e diversos grupos e sectores, (5) O Conselho ganhou grande autoridade no movimento antifascista e o

MUNAF esteve em condições de dirigir grandes lutas unitárias de massas de 1945 e 1949.

O MUNAF não foi apenas uma rica e nova experiência. Foi também uma afirmação da mudança da correlação de forças dentro da própria Oposição, com o considerável reforço do papel da classe operária e do Partido. Embora então as correntes republicanas tivessem ampla influência, é o Partido que toma a iniciativa da criação do movimento unitário, que tem papel preponderante na sua formação e que, nas questões decisivas e nos momentos decisivos, consegue já contrabalançar o peso da burguesia liberal.

De então até hoje, nestes 30 anos, o quadro das forças políticas antifascistas sofreu modificações profundas. A burguesia liberal perdeu definitivamente a sua grande influência. Os seus partidos e grupos políticos (Partido Republicano, Partido Socialista, Acção Democrato-Social) desagregaram-se e desapareceram. Morreram os seus chefes mais destacados. Formaram-se novos agrupamentos. Outras correntes políticas surgiram. Mas, nesta evolução, o papel da classe operária e do seu partido revolucionário tem-se tornado cada vez mais determinante. A viragem na situação, que há 30 anos o III Congresso marcava, confirmou-se inteiramente na prática.

O PCP tornou-se indiscutivelmente a maior força da Oposição e o grande animador, impulsionador e organizador da unidade antifascista.

Passaram 50 anos sobre a realização do III Congresso. A actividade do PCP, a luta da classe operária e das forças antifascistas ao longo destes 50 anos, mais realçam ainda o acerto das análises e conclusões do III Congresso, a sua importância e o seu significado histórico.

NOTAS:

(1) O III Congresso do PCP (Ilegal) realizou-se na clandestinidade na primeira quinzena de Novembro de 1943, nos arredores de Lisboa.

Foram apresentados ao Congresso três relatórios principais: Relatório político, por Álvaro Cunhal (Duarte); Relatório sobre as greves operárias, por José Gregório (Alberto); Relatório sobre os problemas de Organização por Manuel Guedes (Santos). Foram ainda discutidos e aprovados outros dois relatórios: de Sérgio Vilariques (Amicar) sobre a luta da Juventude e de A. Cunhal sobre a luta contra a provocação.

O Congresso aprovou por unanimidade os relatórios, as Resoluções correspondentes, uma «Saudação e Apelo ao Povo de Portugal» e três saudações: a todos os membros do Partido, aos comunistas presos e ao PCUS e povo soviético.

O Congresso elegeu para o Comité Central, entre outros os camaradas, Alfredo Dinis, Álvaro Cunhal, António Dias Lourenço, Joaquim Pres

Jorge, José Gregório, Manuel Guedes, Sérgio Vilariques. Confirmou a composição do Secretariado (Álvaro Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes).

O «Avante» noticiou o Congresso nos números da 2.ª quinzena de Novembro e seguintes. Foram editados em folhetos e separatas os principais materiais.

(2) A greve de Julho-Agosto de 1943 foi precedida de um amplo trabalho de organização. O Secretariado, esteve em reunião permanente durante a greve assegurando a direcção diária da luta. Em contacto com o Secretariado, Alfredo Dinis e Ferreira Marquez (ambos assassinados posteriormente pelo PIDE) asseguravam a direcção na região de Lisboa. A. D. Lourenço assegurou o aparelho técnico de impressão e distribuição. No Norte, à frente da organização que dirigiu a greve de S. João da Madeira encontrava-se J. Pires Jorge. Os quatro principais manifestos (21, 27 e 28 de Julho e 4 de Agosto) foram

assinados pelo Secretariado do CC do PCP.

(3) Entre os membros do Conselho já falecidos, contaram-se o general Norton de Matos, os almi-

rantes Cerqueira, Tito de Moraes e Mendes Cabeçadas, os professores Bento Caraça e Barbosa de Magalhães, o comandante Moreira de Campos, etc.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

P. O PCP e os democratas em geral têm reclamado, como primeiro passo para a solução do problema colonial, a abertura de negociações com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Alguns verbalistas atacam tal consigna, dizendo que ela põe de lado a exigência do reconhecimento do direito à completa e imediata independência. Como responder lhes?

R. Negociações entre o governo português e os movimentos de libertação nacional dos povos submetidos ao colonialismo português serão inevitáveis no processo da conquista da independência por esses povos. A actual exigência de negociações visa, não substituir a exigência da independência imediata e completa, mas apressar o processo que conduzirá a esta.

Lembramos que o PCP tem sublinhado que os «representantes legítimos» dos povos de Angola, Guiné Bissau e Moçambique são os partidos revolucionários que dirigem a luta de libertação: o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO. Fá-lo para prevenir de qualquer golpe demagógico dos fascistas-colonialistas, que venham a declarar «abrir negociações» com fantoches corrompidos ao seu serviço.

O ataque calunioso dos verbalistas é feito de má fé. Eles não caluniam apenas o PCP e outros democratas portugueses, que exigem a abertura de negociações. Eles caluniam igualmente os movimentos de libertação, que, em ocasiões muito diversas, têm declarado estar prontos a negociar com o governo português. «Negociar» significa, naturalmente, ver em comum os termos de pôr fim à guerra, de retirar as tropas colonialistas, de passar para as forças de libertação o governo e a administração dos seus países, tornados independentes.

P. Num artigo de «O Militante» fala-se em «células nas fábricas e outras empresas». As células nas fábricas não são células de empresa? Porque se fala agora em células «nas fábricas», quando sem-

pre se tem falado apenas em «células de empresa»?

R. A fábrica é uma empresa, mas nem todas as empresas são fábricas. A organização partidária numa fábrica é uma célula de empresa. Mas nem todas as células de empresa são em fábricas. Tal o caso, por exemplo, de um banco, de uma sociedade de transportes, de um armazém, etc.

Quando o artigo em referência refere explicitamente as fábricas, não o faz por acaso. Os dados de organização são por vezes enganadores. Há sectores que indicam (nos dados de organização) a existência de algumas «células de empresa». Mas, vendo-se esses dados de mais perto, verifica-se que nenhuma dessas empresas é uma fábrica e que muito poucos dos camaradas dessas células são operários.

A importância da organização do proletariado industrial torna necessário sublinhar a prioridade da organização partidária, não só nas empresas em geral, mas nas fábricas em particular.

P. Quais são actualmente no mundo os partidos comunistas e operários forçados à clandestinidade?

R. Pelos dados de que dispomos existem actualmente os seguintes 25 partidos comunistas clandestinos:

Europa: PC da Grécia, PC de Espanha, PC Português.

Ásia: PC das Filipinas, PC da Indonésia, Partido Tudeh do Irão, PC do Nepal, PC da Turquia.

África: PC da África do Sul, Partido da Vanguarda Socialista da Argélia, PC de Lesotho, Partido da Libertação e do Socialismo de Marrocos, Partido dos Operários e Camponeses da Nigéria, Partido Africano da Independência do Senegal, PC Sudanês, PC Tunisiano.



América Latina: PC da Bolívia, PC Brasileiro, PC do Chile, Partido Socialista Popular da República Dominicana, Partido Guatemalteco do Trabalho, Partido Unido dos Comunistas do Haiti, Partido Socialista Nicaraguense, PC do Paraguai, PC do Porto Rico.

Há alguns Partidos, cuja situação é muito especial, pois não sendo reconhecida oficialmente a sua legalidade, podem entretanto actuar com relativa liberdade.

De alguns países (não citados) não possuímos informações suficientes.

P. Há tempos, uma publicação do meu sector citava, como sendo de Lênine, o seguinte texto: «Não é natural que a juventude deva predominar no nosso Partido, o Partido revolucionário? Nós somos o Partido do futuro e o futuro pertence à juventude. Somos o Partido dos inovadores e é sempre a juventude que segue mais facilmente os inovadores. Somos um Partido que conduz uma luta abnegada contra a velha podridão e a juventude é sempre a primeira a emprender uma luta abnegada. «Foi-nos feita uma crítica, dizendo que este texto era de Engels, conforme Lênine referira no artigo «A crise do menchevismo». De facto assim o refere. Mas nós servimo-nos de fontes indirectas, mas de confiança, que atribuem o texto a Lênine. Afinal, quem tem razão?»

R. A passagem atribuída, com reservas, por Lênine a Engels, como sendo do seu livro «a questão da Habitação» (Lénine, *Collected Works*, vol. 11, p.354; *Oeuvres*, t. 11, p. 368) não se encontra nem no texto da primeira edição alemã «Zur Wohnungsfrage» (reproduzido nas *Marx-Engels Werke*, Bd. 18, Dietz Verlag, Berlin 1962, pp. 209-287), nem no da segunda edição (Mew, Bd. 18, Berlin 1962, pp. 645-655. Cf. pp. 735-736; MEW, Bd. 21, 1962, pp. 325-334).

Nas 2.^a e 3.^a edições das obras de Lênine

em russo, tomo X, diz-se em nota que a passagem de Engels citada por Lênine não foi encontrada na obra indicada. Na 4.^a edição já não há qualquer nota e desapareceram as aspas da passagem. O mesmo acontece na 5.^a e última edição russa das «Obras Completas» (Moscou 1968, t. 14, pp. 162-165).

Lénine dizia citar de memória e não estar certo da fonte. Esta não foi encontrada pelos melhores especialistas. Não conhecemos explicação satisfatória do facto.

P. Está à venda um livro francês de A. e F. Demichel intitulado «Les dictatures européennes», surpreendeu-me ler jornais e revistas de esquerda francesa referências elogiosas, quando o livro, ao tratar da ditadura portuguesa, mostra que os autores não possuem o mínimo de informação necessária para o efeito. Não seria de fazer uma crítica ao livro na imprensa do nosso Partido?

R. As deficiências do livro são, entre outras, aquelas que o camarada indica. É de facto surpreendente que pessoas, animadas de boas intenções, mostrem ignorar completamente os documentos do PCP e outros escritos válidos e citem, como fontes principais de estudo sobre Portugal (situação económica, luta antifascista, forças políticas, etc.) um volume de trotskistas cheio de falsificações.

A orientação do PCP aparece deturpada, o que não admira, uma vez que os autores se servem para o efeito das citações e apreciações do tal volume trotskista.

O livro é pródigo em erros de informação e de apreciação.

Entretanto é de sublinhar, como positivo, o aparecimento dum livro contra as ditaduras fascistas europeias, e o desejo manifesto de desmascarar o fascismo e de valorizar as forças da Oposição, designadamente o PCP.

Colaboração para «O Militante»

A divulgação das experiências do trabalho das organizações de base do Partido tem um elevado interesse. O conhecimento de muitas delas chega ao Comité Central por via da organização. Mas muitas outras não são conhecidas. Por isso, apelamos para que as organizações de base escrevam a «O Militante», descrevendo as suas experiências de trabalho. Por exemplo: dizendo como se formam e como actúan as Comissões nas fábricas, como participam os trabalhadores na definição das reivindicações, como foram atraídas as massas à luta, etc. Têm interesse experiências de organização, de agitação, de trabalho de massas. É importante aprender-se como, em cada caso, se alcançou uma vitória. E é também importante conhecer-se as razões de derrotas, quando estas têm lugar. Por muito pequena e insignificante que pareça, uma nova experiência traz sempre preciosos ensinamentos. Escrevei a «O Militante»!